

ARTIGO

O MERCADO INFORMAL DE PELOTAS: um diagnóstico do neoliberalismo vigente

*José Ricardo Caetano Costa**
*Nádia Munhoz Vieira***
*Maria da Graça Souza Porto***
*Maria do Carmo Antunes Gonçalves***
*Luciana Kluge***

RESUMO: Este trabalho, fruto de uma pesquisa de campo realizada junto aos trabalhadores do mercado informal de Pelotas, tentou constatar alguns dos reflexos da política neoliberal, especialmente no que respeita ao deslocamento destes trabalhadores do mercado formal para o informal, a precarização do trabalho e, por fim, o índice de contribuição previdenciária para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; neoliberalismo; mercado informal; previdência social.

Introdução

Esta pesquisa, ora socializada através deste trabalho, é fruto de uma pesquisa de campo feita em uma pequena parcela, porém significativa, de trabalhadores do mercado informal de Pelotas, localizados nos quatrocentos espaços destinados pela municipalidade para tal fim, ao lado da Praça Cipriano Barcelos, em Pelotas (1). Estes trabalhadores, onde aplicou-se os sessenta e quatro formulários, deram um conjunto de respostas bastante significativas, a nosso ver, sobre questões pontuais do estágio capitalista atual.

* Professor Adjunto/UCPel, Professor Substituto da Faculdade de Direito/UFPel, Mestre em Desenvolvimento Social/UCPel e Doutorando em Direito/UNISINOS.

** Estudantes de Serviço Social da Escola de Serviço Social da UCPel.

¹ Desejamos registrar, inicialmente, a receptividade que tivemos de todos os entrevistados, o que nos oportunizou um conhecimento de suas lutas cotidianas em busca de alternativas ao sistema capitalista imperante.

Muito embora tratar-se de uma pequena amostragem em uma cidade de médio porte, sob o ponto de vista populacional, a socialização destes dados certamente servirão para outros pesquisadores, bem como para novas leituras e releituras da realidade presente.

Metodologia e amplitude da pesquisa

Muito embora, num primeiro momento, se planejasse a aplicação da pesquisa junto às principais categorias que caracterizam o mercado informal, tais como *moto-boys*, vendedores ambulantes, etc, chegou-se a conclusão de que não conseguiríamos abranger essa totalidade.

Esta pesquisa analisou, mediante a aplicação de sessenta e quatro formulários, um contingente em torno de seiscentos trabalhadores do mercado informal, a maioria pequenos comerciantes que trabalham num mesmo espaço, destinado pela Prefeitura de Pelotas, ao lado da Praça Cipriano Barcelos (2).

O formulário organizado em função da pesquisa, foi montado buscando duas informações básicas: primeiro, se houve o deslocamento do trabalho formal para o trabalho informal, analisando, em caso positivo, as características dessa ocorrência, tais como: o aumento da jornada, a precarização do trabalho, etc; e, segundo, o índice de contribuição previdenciária destes trabalhadores.

Por se tratarem de pessoas simples, montamos o formulário com uma linguagem acessível, utilizando terminologia apropriada à compreensão. A realização da pesquisa foi extremamente gratificante; pois os entrevistados foram receptivos e facilitaram a aplicação do instrumento, respondendo às questões com seriedade e honestidade. Sentiu-se, na aplicação da entrevista, uma ansia e necessidade dos informantes em dizerem o que pensavam, especialmente na última questão, em que podiam falar abertamente sobre a Previdência Social.

² Na verdade, são exatos quatrocentos pequenos espaços, onde trabalham, em vários deles, a família inteira, em regime de revezamento. Tal sistemática, aliada à informalidade deste tipo de negócio, dificulta a própria determinação do contingente dos trabalhadores que por ali circulam. Por isso, segundo informações dos próprios entrevistados, o número seiscentos é aproximado.

Passa-se, pois, à leitura e interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

Primeiramente, cabe esclarecer que, deste contingente dos sessenta e quatro trabalhadores do mercado informal ouvidos, 67% são mulheres, enquanto 33% são homens. Segundo esclarecimento dos próprios trabalhadores, o universo de mulheres que trabalham no local é de mais ou menos 50%.

A escolaridade dos entrevistados apresentou os seguintes percentuais: 32,8% têm o 1º grau incompleto, enquanto 25% conseguiram terminar o 1º grau; 29,7% possuem o 2º grau completo, enquanto 9,4% não terminaram o 2º grau. Uma pequena parcela de 1,6% não estudou e nenhum dos entrevistados chegou a ingressar no 3º grau.

Pelos dados levantados com a pesquisa, chega-se à conclusão de que 62% dos trabalhadores do mercado informal pesquisado, antes de exercerem a atividade atual, eram empregados. Somente 36% não tinham Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, nada obstante que, deste pequeno contingente, existisse uma parcela de trabalhadores empregados, mas sem a CTPS assinada.

Pode-se afirmar que a maioria dos trabalhadores entrevistados começou a trabalhar no mercado informal como pequeno comerciante, ou seja, por conta e risco próprio, porque perderam seus empregos. Esta afirmação fica incontroversa na resposta dada à questão: “por que começou a trabalhar por conta própria?”, onde, 43,8% responderam que o motivo foi o desemprego, enquanto outros 34,4% responderam que optaram por ser uma atividade mais rentável. Cabe esclarecer que dos 20,3% que responderam terem sido outros motivos que conduziram ao exercício desta atividade, a razão principal foi o fato de possuírem uma idade não mais compatível com o mercado de trabalho (algo em torno de 35 anos de idade).

Por outro lado, a hipótese levantada na opção “por ser um trabalho mais rentável”, respondida por 34,4% dos entrevistados, contradiz a média de salário constatada, onde se tem que somente 12,5% recebem mais de quatro salários mínimos, enquanto 9,4% recebem até essa faixa salarial. Os outros 88% recebem não mais que três salários mínimos. Dentro destes, 15,6% recebem o mínimo legal, 21,9% recebem até 1½ salário, enquanto outros 20,3% até dois salários.

É interessante observar que 45,3% destes trabalhadores estão sem suas carteiras de trabalho assinadas há mais de cinco anos, sendo que 10,9% estão nessa situação entre os últimos dois a três anos, enquanto uma pequena margem de 6,3% nunca teve a referida carteira assinada.

Por outro lado, confirma-se a hipótese do aumento da jornada de trabalho destes trabalhadores. Isto porque uma pequena parcela de 12,5% realiza a jornada de 8h diárias, de segunda a sexta-feira; 20,3% trabalham de 8h até as 10h até as 12h; 51,6% trabalham de 10h até as 12h, e, 15,6% ultrapassam a jornada diária das 12h. E mais: todos, sem exceção, trabalham aos sábados, sendo que 39,1% trabalham das 10h às 12h e 21,9% ultrapassam a jornada de 12h. Nos domingos e feriados, encontrou-se uma significativa parcela de 37,5% que trabalha, enquanto 9,4% responderam que trabalham somente algumas vezes.

Ninguém duvida, contudo, de que estes trabalhadores buscaram uma alternativa de subsistência dentro do sistema capitalista, tendo em vista o fato de novo redimensionamento do capital, estar gerando um desemprego estrutural como nunca foi visto.

Por outro lado, essa expressiva parcela da população, que trabalha, geralmente, de segunda a domingo para manter um mínimo de dignidade, não consegue, dentro de seu precário orçamento, prever sua subsistência para a fase de idade avançada ou para outro infortúnio que lhe retire a capacidade laborativa.

A pesquisa detectou que 73% dos trabalhadores não estão contribuindo para a Previdência Social, enquanto somente 27% contribuem. Trata-se, portanto, de um índice muito alto e preocupante (3). Afirma-se isso porque essa gama significativa de trabalhadores, ficarão desprotegidos quando não mais puderem trabalhar, seja por doença ou idade avançada, ou, como já se afirmou, quando se acidentarem no trabalho. Isto sem falar na hipótese de falecerem e seus familiares ficarem sem o benefício da pensão por morte, porque não eram segurados da Previdência Social.

Percebe-se, pela leitura da última questão, a qual solicitava ao entrevistado que desse sua opinião sobre a Previdência Social, que muitos dos informantes confundem Previdência com Assistência Social. Observem-se algumas das respostas:

³ Certamente, este índice deve elevar-se em outras categorias deste mesmo segmento, tais como os mototáxis, em atual ascensão, vendedores ambulantes, dentre outros.

ENTREVISTADO “A” – “Muito difícil, pois a hora que a gente precisa do auxílio tem mil e mil exigências”.

ENTREVISTADO “B” – “Não existe, pois a gente paga a vida inteira e não usa quase. Tenho a UNIMED”.

ENTREVISTADO “C” - “Péssimo o atendimento do hospital”.

ENTREVISTADO “D” – “Totalmente deficitária, porque se você quiser um bom atendimento terá que optar por planos particulares”.

ENTREVISTADO “E” – “Eu acho que está indo de mal a pior, bem que nosso Presidente poderia dar mais recursos para os hospitais, postos de saúde, senão vai acabar ficando sem nada e todo mundo passando mais trabalho”.

ENTREVISTADO “F” – “Um caos, uma vergonha, um antro de corruptos, cabide de emprego para afilhados do governo corrupto e o povo paga, vive da miséria, dormindo nos bancos de hospitais. Onde vai o dinheiro do órgão que mais arrecada no Brasil? E ainda falam dos camelôs!”

Pela leitura dos depoimentos acima – quase desabafos - vê-se que muitos entrevistados não sabem que, desde a criação do INSS, em 12/04/90, a Previdência Social cuida somente do seguro, ou seja, da arrecadação e fiscalização das contribuições, bem como da concessão dos benefícios. A questão da saúde e assistência sociais não mais pertence ao INSS. Aliás, o direito à saúde foi garantido constitucionalmente, sendo um direito de qualquer cidadão, pague ou não à Previdência Social (4).

Fica claro, pelas respostas colhidas durante a pesquisa, que o trabalhador no mercado informal não contribui para a Previdência Social não somente por não possuir condições para tanto, mas, principalmente, porque não acredita no sistema tal como ele se apresenta; não acredita na moralidade, eficácia e seriedade de nossa Previdência Social. Trata-se,

⁴ A saúde, na prática, é outro direito negado aos trabalhadores. Entretanto, essa questão não foi objeto da pesquisa realizada.

antes de tudo, de uma questão de classe, porquanto não acredita que suas contribuições, imprescindíveis à sua sobrevivência, ser-lhe-á devolvida sob forma de benefício quando dele precisar.

Não restam dúvidas de que os trabalhadores, ou melhor, que o conjunto da classe trabalhadora, assim como os desempregados, deverão procurar alternativas ao modelo neoliberal que aí se encontra, como se fosse a única possibilidade existente.

À Guisa de Conclusão

Se, por um lado, resta incontroverso que a majoritária parcela dos trabalhadores entrevistados tinham um vínculo empregatício antes de ingressarem no mercado informal, enquanto pequenos comerciantes, também ficou comprovado que, viam neste a possibilidade de manterem sua subsistência.

Muito embora uma parcela respondesse que optou por esta atividade, a grande maioria (43,8% dos entrevistados) encontrou no mercado informal uma forma de driblar o desemprego involuntário (eis que 62% tinham um vínculo empregatício antes de exercer a profissão atual).

Ninguém duvida, por outro lado, que a jornada de trabalho aumentou consideravelmente, sendo que, a metade dos entrevistados, trabalha entre 10h e 12h diárias, inclusive aos sábados, onde 40% trabalham entre 10h e 12h. Nos domingos, uma parcela significativa de 37,5% trabalham. Sabe-se, igualmente, que as refeições, comumente, são feitas no próprio local de trabalho, sem nenhum intervalo de descanso.

O principal objetivo desta pesquisa foi a verificação do índice de contribuição destes trabalhadores para a Previdência Social, onde constatou-se que a maioria deles (73%), não estão contribuindo para o INSS.

Este índice elevado, portanto, dá-se em função de dois elementos: primeiro, a confusão existente entre seguro social e as políticas de saúde e, segundo, a descrença dos trabalhadores no sistema previdenciário vigente.